

**António Miguel Trigueiros**

**INÉDITOS  
DA  
REAL ORDEM  
PORTUGUESA  
DA  
TORRE E ESPADA  
1808 - 1834**

**Lisboa - 2008**





N. 1.



N. 3.



N. 4.



N. 2.



- N. 1. Colar, e Medalha dos Grans Cruzes, que deve andar pendente na Banda, e também no mesmo Colar nos dias de Grande Festa.
- N. 2. Chapa, ou Sobre posto das Grans Cruzes, e Commendadores.
- N. 3. Medalha dos Commendadores, e Cavalleiros; com a differença, que a destes não tem Torre.
- N. 4. Reverse das Estampas N. 1. e N. 3.

António Miguel Trigueiros

INÉDITOS  
DA  
REAL ORDEM  
PORTUGUESA  
DA  
TORRE E ESPADA  
1808 - 1834

**No Bicentenário da sua Instituição**

**Lisboa □ 2008**

**Capa** – Retrato do Príncipe Regente D. João de Portugal, óleo sobre tela, 117 x 85 cm, por Albertus Jacob Frans Gregorius (1774 – 1853), sem data (cortesia leiloeiros do Correio Velho, Lisboa).

D. João não ostenta a placa da Ordem Militar de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, instituída no dia da sua aclamação, a 6 de Fevereiro de 1818 (as outras duas placas são da Banda das Três Ordens Militares portuguesas e da Ordem de Carlos III, também conhecida como Ordem da Conceição de Espanha).

A coroa e o ceptro de ouro usados nesse dia já estavam prontos em Junho de 1817, conforme recibo do ourives António Gomes da Silva que se conserva nos AN/TT. Assim, este retrato terá sido feito no Rio de Janeiro, entre Julho de 1817 e Janeiro de 1818.

A placa da Ordem da Torre e Espada, de grande dimensão, mostra um claro recorte de fabrico português, será cópia de uma das várias feitas pelo ourives Gomes da Silva no Rio de Janeiro para uso diário do soberano, com resplendor de prata e torre de ouro.

**Verso da capa** – Reprodução da estampa com os desenhos originais das insígnias da Real Ordem da Torre e Espada, impressa no Rio de Janeiro, que acompanhou a Carta de Lei de 29 de Novembro de 1808, só divulgada ao público a 13 de Maio de 1809.

**Verso da contracapa** – Ampliação do anverso da medalha das Grã-Cruzes e Comendadores, e do colar de grandes espadas, dos desenhos originais brasileiros de 1808-1809.

**Contracapa** – Reverso de uma insígnia de Grã-Cruz da Real Ordem da Torre e Espada, do modelo fabricado no Arsenal Real do Exército de Lisboa, em conformidade com o padrão dos desenhos originais das insígnias da Ordem (coleção do Autor).

*Exemplar N.º*

Separata de *MOEDA*  
Revista Portuguesa de Numismática e Medalhística  
Vol. XXXIII, N.º 1 (Jan. / Mar. 2008)  
Publinummus, Lisboa  
Tiragem de 100 ex. numerados e rubricados pelo autor  
© Todos os direitos de reprodução reservados pelo Autor

## Introdução

Quem visite a antiga residência de Lord Arthur Wellesley, primeiro duque de Wellington e duque da Victória em Portugal, hoje um dos mais conhecidos museus londrinos (Apsley House, em Hyde Park Corner), terá a oportunidade de ver em exposição o seu uniforme de marechal-general do Exército Português, envergando as insígnias da Grã-Cruz da Real Ordem da Torre e Espada, que lhe foram concedidas a 13 de Maio de 1811 pelo príncipe regente D. João:

*Suspensa de uma banda de seda azul ferrete, a tiracolo sobre o ombro direito e atravessando o peito para a esquerda, uma medalha de ouro com esmaltes verdes, brancos e azuis mostra, no anverso, a efigie laureada do príncipe regente D. João à direita e, no reverso, uma espada curva atravessando uma coroa de louros.*

*Cozida ao uniforme, no lado esquerdo do peito, uma placa de raios de prata, perfurados e facetados, tendo uma torre de ouro no raio superior e um centro de ouro esmaltado com a mesma insígnia da espada sobre a coroa de louros. No reverso da placa está gravada a inscrição do nome do fabricante, “Gilbert Jeweller to Their Majesties”.*

Apesar da existência deste magnífico exemplo da mais rara Ordem Honorífica e Militar portuguesa de todo o século XIX, em exposição num museu que é visitado todos os anos por dezenas de milhar de pessoas, quem deseje saber mais pormenores sobre esta Ordem Portuguesa da Torre e Espada cedo deparará com uma enorme lacuna em toda a bibliografia existente, quer seja portuguesa, inglesa, francesa ou alemã.

A historiografia portuguesa, muito deturpada pelo facciosismo político da segunda metade do século XIX e por um total alheamento dos historiadores do século XX, limita-se a repetir, vezes sem conta, que:

*«Por alvará de 28 de Julho de 1832, D. Pedro, duque de Bragança, regente em nome da rainha D. Maria II, instaurou e de novo reformou a antiga Ordem Militar da Torre e Espada, determinando que de então em diante seria intitulada A Antiga e Muito Nobre Ordem da Torre e Espada, do Valor Lealdade e Mérito.»*

(como ex., veja-se Ordens Honoríficas Portuguesas, Lisboa, 1968, p.33)

Na literatura inglesa, desde os textos mais antigos (Barry, c. 1827; Carlisle, 1839, que lista alguns dos recipientes britânicos; Whalen/Burke, 1858) até aos livros e compêndios mais recentes e mais conhecidos sobre ordens e condecorações (Mërika, 1967; Hieronymussen, 1967/1970; Dorling, 1974; Werlich, 1974; Patterson, 1996; Spada, 1980, onde se ilustram duas insígnias originais), quase nada existe sobre a história desta Ordem.

Na bibliografia em língua francesa, apenas uma edição contemporânea (Perrot, 1820, red. 1846) apresenta uma breve descrição da criação da Ordem, juntamente com os desenhos das suas insígnias. Na obra mais importante de todo o século XIX, com estampas a cores (Auguste Wahlen, 1844, red. 1855 e em 1864), que mereceu uma edição em língua italiana em 1846, outra em língua alemã em 1848 e ainda outra em língua inglesa em 1858, já nada se diz, a segunda Ordem de 1832 já tinha eclipsado totalmente a original de 1808.

Finalmente, na literatura alemã, muito abundante em obras sobre ordens militares e condecorações, aparecem duas raras e preciosas edições (Gelbke, 1832-39; e Schulze, 1855, suplemento 1870). A primeira vale sobretudo por um gigantesco atlas ilustrando a cores todas as insígnias europeias, onde vimos as insígnias da Torre e Espada de 1808 muito bem pintadas, a par das outras de Cristo, Avis e Santiago, em versões não oficiais; -- na segunda obra, uma crónica bilingue alemão-francês, aparecem publicadas as leis portuguesas de todas as Ordens monárquicas, mas da Ordem de 1808 só vem o decreto de 13 de Maio, passando-se logo para a segunda Ordem de 1832.

Do pouco que existe em toda esta vasta bibliografia nacional e estrangeira, tudo está muito incompleto ou cheio de erros, já que todos os autores misturam nos seus textos e confundem como sendo uma única Ordem o que, de facto, são duas Ordens bem distintas com o mesmo nome: a primeira, a Real Ordem da Torre e Espada de 1808-1834 e a segunda, A Ordem Militar da Torre e Espada, de Valor, Lealdade e Mérito, de 1832-1910.

## Um reino, dois irmãos, duas Ordens da Torre e Espada

Julgamos que existe uma explicação simples para este profundo desconhecimento, quer em Portugal, quer no estrangeiro: -- o duque de Bragança D. Pedro, ex-imperador brasileiro e autoproclamado regente de Portugal em nome de uma criança brasileira, apenas 19 dias após ter entrado à força no Porto à frente de um exército de mercenários estrangeiros, subsidiado por banqueiros ingleses e espanhóis, criou a 28 de Julho de 1832 uma nova “Ordem Militar da Torre e Espada”, destinada a condecorar os seus próprios mercenários.

E nos estatutos que lhe atribuiu, redigidos pelo futuro duque de Palmela, tendo como secretário um jovem arrebatado de nome João Baptista Almeida Garrett, fez crer que se tratava, afinal, de *“instaurar e de novo reformar”* a antiga Real Ordem da Torre e Espada de seu pai, o rei D. João VI. O que não corresponde à verdade e é uma enorme mistificação histórica.

Criada dois anos antes do término da guerra civil que destruiu Portugal, social, económica e culturalmente, conhecida como a “guerra entre os dois irmãos” (1832-1834), a nova Ordem do regente brasileiro nada tinha de semelhante à

anterior Ordem de 1808, bem pelo contrário, os seus estatutos e insígnias emblemáticas são tão completamente diferentes que estamos perante uma Ordem nova e não, de uma Ordem reformada.

Este facto nunca foi reconhecido pelos historiadores portugueses da segunda metade do século XIX, que de forma facciosa e sistemática tudo fizeram para denegrir o nome e a imagem de D. Miguel I e, por arrastamento, cuidaram também de denegrir tanto quanto puderam, o nome e a memória do bom rei D. João VI.

Mas também não foi do conhecimento dos historiadores do século XX, porque os documentos inéditos que o revelaram só apareceram à luz desde meados de 1980, vindos das profundezas poeirentas dos antigos arquivos dos ex-ministérios do Reino e do Interior, donde transitaram para o Arquivo Nacional/Torre do Tombo, onde tive o privilégio de os estudar e divulgar em 2000, na comunicação “*O Projecto da nova Ordem Militar da Torre e Espada de 1832*”<sup>1</sup>, também publicada nesta revista (“Moeda” n.º 4/2000, pp.169-176).

O que de facto aconteceu, foi que:

Durante quase dez meses, entre Agosto de 1832 e Maio de 1833, coexistiram em Portugal duas Ordens da Torre e Espada, bem distintas uma da outra pela suas insígnias e estatutos, atribuídas em ambos os lados das trincheiras por valorosos feitos de armas.

A primitiva Ordem de D. João VI, de 1808, continuou a ser oferecida por D. Miguel I até 4 de Maio de 1833, data do último diploma registado nos livros da sua chancelaria, deliberadamente atirados para o esquecimento dos arquivos<sup>2</sup>; - e a nova Ordem Militar de D. Pedro começou a ser concedida no Porto desde 29 de Setembro de 1832, data do primeiro diploma registado nos livros próprios desta Ordem, de há muito conhecidos.

D. Miguel I perdeu a guerra e o trono de Portugal, sendo obrigado a exilar-se em 1834, ao mesmo tempo em que abdicava da sua qualidade de Grão-Mestre das Ordens Militares e Honoríficas Portuguesas, uma qualidade intrinsecamente ligada à chefia do Estado e abusivamente usurpada pelo duque brasileiro de Bragança.

Foi só nesse momento que a Real Ordem da Torre e Espada, criada em 1808 por D. João, seria então abolida “de facto” pela ditadura dos vencedores, sendo substituída por uma outra Ordem nova, com o mesmo nome, mas totalmente diferente daquela, quer no seu distintivo emblemático, quer nas suas insígnias, quer na sua organização e estatutos.

A Ordem Militar da Torre e Espada, do Valor, Lealdade e Mérito sobreviveu até aos nossos dias, sendo actualmente a mais alta condecoração do Estado Português, e a sua insígnia a de maior valor e importância, verdadeiro símbolo emblemático de Portugal. Quanto à primeira Ordem da Torre e Espada de 1808,

donde aquela provém, nunca foi antes objecto de um estudo histórico-científico sério, com recurso às fontes documentais e iconográficas coevas existentes nos arquivos portugueses e brasileiros.

É este o objectivo deste trabalho, cujas principais conclusões são agora apresentadas em síntese, em comemoração do bicentenário da sua instituição, reservando-se para uma publicação mais extensa, mais documentada e ilustrada, o desenvolvimento da sua história, a evolução emblemática das suas insígnias e o rol completo das pessoas que com elas foram condecoradas, nunca antes publicado.

## **Numismática, medalhística e emblemática**

Por *Emblemática* deve entender-se a nova disciplina que se ocupa do estudo, descrição, classificação e arrumação cronológica das insígnias das condecorações (Ordens militares e honoríficas; medalhas de mérito e de distinção militar e civil), tal como a *Numismática* se ocupa do estudo das moedas e a *Medalhística* do estudo das medalhas.

Note-se, contudo, que enquanto a numismática é uma disciplina estreitamente ligada à história monetária e económica, a emblemática está sobretudo ligada à história social de uma nação.

No caso singular da Real Ordem da Torre e Espada, emblemática e numismática fundem-se na génese da criação das suas insígnias, ao ser adoptado como um dos seus distintivos emblemáticos, o retrato numismático do príncipe regente D. João.<sup>3</sup>

Desenhado em 1802 por Domingos António de Sequeira (1768 -1837) e gravado em todas as moedas de ouro e de bronze cunhadas na Casa da Moeda de Lisboa até à morte do soberano em 1826, e nas peças de ouro cunhadas na Casa da Moeda do Rio de Janeiro desde 1805 até à independência do Brasil, foi esse o retrato seleccionado para figurar no anverso das primeiras medalhas da Ordem da Torre e Espada fabricadas no Brasil.

## **Como nasceu a Ordem da Torre e Espada de 1808**

É do conhecimento geral que a família real portuguesa abandonou Lisboa a 27 de Novembro de 1807, refugiando-se no Brasil, tendo aportado a São Salvador da Bahia no dia 22 de Janeiro de 1808 e ao Rio de Janeiro a 8 de Março.

A 13 de Maio desse ano – aniversário natalício do príncipe regente – D. João assina o decreto que determina o estudo das bases de uma nova Ordem honorífica, civil e não militar, inspirada na tradição histórica da Ordem da Espada de D. Afonso V, mas ainda sem lhe dar nome. Nesse decreto, ou despacho régio, incumbe o seu ministro-assistente, D. Fernando José de Portugal, de propôr os estatutos

dessa nova Ordem a criar, com a qual pretende premiar, em primeiro lugar, os seus vassallos que tão lealmente o acompanharam na jornada ao Brasil, sacrificando os seus interesses pessoais ao interesse maior de bem servir com honra o seu soberano; - e, em segundo lugar, os ilustres estrangeiros que, por valorosos serviços de Armas, sejam merecedores das mais distintas honras, mesmo que não tenham a felicidade de professarem a santa religião católica.

Diz ainda o regente nesse texto que, para esse fim, de confirmar, renovar e aumentar essa Ordem da Espada, a única que se achava ter sido instituída em toda a história de Portugal como uma Ordem puramente civil,

“Fui já Servido na Cidade da Bahia mandar abrir uma Medalha com esta Letra = Valor, e Lealdade = e com que Tenho gratificado dois beneméritos Vassallos do Meu fiel, e antigo Aliado El-Rei da Gran Bretanha.”

Todos os autores brasileiros basearam-se neste texto para concluir que essa “medalha” tinha sido gravada na Casa da Moeda da Bahia e, depois, reproduzida na Casa da Moeda do Rio de Janeiro.<sup>4</sup>

Mas a Casa da Moeda da Bahia há muito que não funcionava e, além disso, as matrizes e os punções do retrato de D. João encontravam-se na Casa da Moeda do Rio, enviados de Lisboa em finais de 1804, tendo sido precisamente esse retrato numismático que seria retocado e adaptado ao anverso do medalhão central das novas insígnias.

Uma leitura mais atenta daquele texto do decreto de 13 de Maio de 1808, associada ao conhecimento de que a efígie patente nas insígnias da Ordem da Torre e Espada é o retrato numismático de D. João, permitem-nos concluir de forma diversa: - o príncipe regente ordenou, enquanto estava na Bahia, que a Casa da Moeda do Rio de Janeiro abrisse uma “medalha” com a legenda = *Valor e Lealdade* =, com a intenção de presentear dois súbditos ingleses. O que nunca deve ter acontecido, porque essa medalha nunca chegou a ser cunhada. A ordem régia serviu, contudo, para dar o mote à divisa da nova Ordem a criar, «*Valor e Lealdade*».

Posteriormente, D. João aprova e assina a Carta de Lei datada de 29 de Novembro de 1808, que instituí e regulamenta essa nova Ordem civil, destinada a marcar para a posteridade a época em que a família real aportou ao Brasil, e a premiar, como moeda de honra, os mais distintos serviços, quer militares, civis ou políticos, e que só então recebeu a designação de Real Ordem da Torre e Espada.

As cópias originais dessa carta de lei, impressas no Brasil, dizem que foi registada na secretaria de Estado dos Negócios do Brazil a 2 de Dezembro de 1808 (note-se a grafia “Brazil”, que assim consta em todos os documentos oficiais impressos da época) e que foi “publicada”, juntamente com o decreto de 13 de Maio, na chancelaria-mór da Corte e Estado do Brazil a 10 de Dezembro.<sup>5</sup>

Também aqui temos que corrigir a leitura feita por todos os autores brasileiros: -estes dois diplomas não foram publicados no sentido que hoje damos a essa palavra, ou seja, impressos no jornal oficial da Corte (a *Gazeta de Lisboa* e a *Gazeta do Rio de Janeiro*) ou divulgados em cópia avulsa como então era habitual, mas tão somente, foi dado público conhecimento de que esses dois documentos existiam e que tinham sido registados nos livros da chancelaria.

De facto, a leitura da *Gazeta do Rio de Janeiro* é muito clara a esse respeito: -o decreto de 13 de Maio e a carta de lei de 29 de Novembro de 1808, só saíram à luz, juntamente com a estampa com os desenhos das insígnias da nova Ordem, a 13 de Maio de 1809, outro aniversário do príncipe regente (*Gazeta do Rio de Janeiro*, n.º 70, de 13.05.1809). E só seriam enviados para Lisboa, conforme consta na correspondência com os governadores, a 20 de Março de 1810.

## Os primeiros condecorados

Esta divulgação tardia não impediu, contudo, que as primeiras condecorações tivessem tido lugar no aniversário da rainha D. Maria I, a 17 de Dezembro de 1808 (*Gazeta Extraordinária do Rio de Janeiro*, n.º 18, de 20 de Dezembro e n.º 30, de 24 de Dezembro; *Gazeta de Lisboa*, n.º 16, de 21 de Abril de 1809), onde foram entregues as primeiras insígnias das três classes da Ordem:

*Grã-Cruzes* -- D. Lourenzo Caleppi, núncio apostólico de Sua Santidade; Lord Viscount Strangford, enviado extraordinário de SM Britânica na corte do Brasil; e o contra-almirante W. Sidney Smith, comandante-em-chefe das forças navais britânicas no Rio de Janeiro; *Comendadores* -- todos os comandantes dos navios ingleses que comboiaram a frota com a corte portuguesa desde Lisboa; *Cavaleiros* -- o pessoal da delegação britânica no Rio de Janeiro.

Foi desta forma singular como o príncipe regente D. João quis demonstrar a sua gratidão pelo apoio recebido da Grã-Bretanha durante a épica jornada atlântica rumo ao Brasil.

Os primeiros condecorados portugueses, escolhidos entre os muitos que acompanharam o príncipe regente ao Brasil e escalonados nas diferentes classes da Ordem de acordo com a sua posição social, cargo público ou posto militar, só foram nomeados no dia 21 de Dezembro, já depois de se ter tido conhecimento da feliz restauração de Portugal: 6 Grã-Cruzes efectivos; 6 Grã-Cruzes honorários; 8 Comendadores efectivos; 17 Comendadores honorários e 43 Cavaleiros.

Assim, no final de 1808 já estavam fechados os números dos recipientes consignados na lei de 29 de Novembro: - 12 Grã-Cruzes (6 efectivos e 6 honorários), além das 4 Reais Pessoas, e 8 Comendadores efectivos.

Mais tarde, o alvará de 5 de Julho de 1809 fixaria em 24 o número total de Comendadores honorários e em 100 o número de Cavaleiros efectivos.

Até ao final de 1809 todas as vagas seriam preenchidas, em todas as classes da Ordem, com recurso a personalidades residentes no Brasil, com algumas exceções extraordinárias: - o tenente-general Manuel Jorge Gomes de Sepúlveda, governador de Armas de Trás-os-Montes e o brigadeiro Francisco da Silveira Pinto da Fonseca (futuro conde de Amarante), foram os primeiros portugueses a receber a Torre e Espada por valorosos feitos de armas, a 21 de Dezembro de 1808.

## As condecorações aos militares da Guerra Peninsular

Nenhum militar inglês, em campanha no continente, seria condecorado antes de 13 de Maio de 1811. Os primeiros nomeados, na dignidade de Grã-Cruz, seriam Lord Wellington, marechal-general e comandante-em-chefe dos exércitos combinados de Portugal e da Grã-Bretanha, desde então também conde de Vimeiro, e Sir William Carr Beresford, marechal e comandante-em-chefe do exército de Portugal, também nomeado conde de Trancoso; e, na dignidade de Comendador, os coronéis Sir Robert Thomas Wilson (comandante da Leal Legião Lusitana) e Nicholas Trant (comandante do corpo de Voluntários Académicos de Coimbra).

As respectivas medalhas de ouro foram expedidas para Lisboa a 17 de Maio de 1811, e recebidas em Setembro (AN/TT, MR Livro 380, fol. 247). Foram enviadas aos agraciados, acompanhadas por cartas dos governadores do reino, datadas de 18 de Setembro, cujas cópias ainda se conservam na Torre do Tombo (AN/TT, MR, maço 429, caixa 536).

A primeira grande nomeação de oficiais britânicos e portugueses, por proposta conjunta de Wellington e de Beresford, teve lugar a 12 de Outubro de 1812 (natalício do príncipe D. Pedro), consistindo em 1 Grã-Cruz, 11 Comendadores e 29 Cavaleiros britânicos, cujas insígnias de ouro e respectivas cartas régias foram recebidas em Lisboa em Março de 1813, tendo sido enviadas ao embaixador britânico, Charles Stuart, para as distribuir aos condecorados. A 6 de Abril comunica-se para o Rio que «*O príncipe regente da Grã-Bretanha tinha permitido que os ditos oficiais pudessem aceitar as respectivas insígnias*» (AN/TT, MR Livro 315, fol. 164 v.º).

Os condecorados portugueses, 5 Comendadores e 11 Cavaleiros, apenas receberam do príncipe regente «*as Portarias do estilo para poderem usar das insígnias*», que tiveram que mandar fabricar em Lisboa, no Arsenal Real do Exército, à sua custa.

Depois e à medida que chegavam de Lisboa mais listagens de oficiais recomendados pelos comandantes-em-chefe dos exércitos aliados, outras nomeações foram sendo publicadas no jornal oficial no Rio de Janeiro. A última listagem, por informação de Beresford, então já marquês de Campo Maior, foi servida a 17

de Dezembro de 1815 (natalício da rainha D. Maria), contemplando 1 Grã-Cruz, 7 Comendadores e 17 Cavaleiros entre os oficiais britânicos.

O aviso desta nomeação foi expedido do Brasil por correio marítimo a 3 de Fevereiro de 1816, mas as cartas régias e as insígnias «*para os oficiais ingleses mencionados nas listas e que foram condecorados*», não se remeteram nessa ocasião, «*por não se terem acabado de aprontar as respectivas medalhas*». Seriam remetidas do Rio em 19 de Junho e recebidas em Lisboa a 18 de Setembro (AN/TT, MR Livro 381, fol. 441 e Livro 382, fol. 8; Livro 317, fol. 215).

De toda a correspondência consultada, merece especial referência o aviso enviado do Rio a 18 de Maio de 1814, contendo a relação dos oficiais do exército português que foram reputados dignos de serem condecorados com as insígnias da Ordem da Torre e Espada, condecorações essas conferidas no dia 13 de Maio (natalício do príncipe regente) a 5 Comendadores e 2 Cavaleiros britânicos, e a 3 Comendadores e 1 Cavaleiro portugueses:

«Remetem-se 12 cópias da lista dos despachos e as Portarias de estilo para os Oficiais Portugueses, que serão contemplados, poderem usar das suas insígnias; e por não estarem ainda prontas as Medalhas, que SAR costuma enviar aos Oficiais Ingleses, não vão nesta ocasião, e serão daqui remetidas pelo próximo navio com os seus correspondentes títulos»

(AN/TT, MR Livro 381, fol. 197).

Essas insígnias ou medalhas de ouro fabricadas na Casa da Moeda do Rio de Janeiro, seriam recebidas em Lisboa a 20 de Agosto. As insígnias dos oficiais portugueses teriam que ser adquiridas em Lisboa, à custa dos condecorados.

Pela mesma correspondência entre a corte no Brasil e os governadores em Portugal, se vê que os desenhos originais das insígnias da Ordem da Torre e Espada foram feitos, gravados e impressos na Imprensa Régia do Rio de Janeiro e não na Imprensa Nacional em Lisboa, como eu próprio cheguei a pensar.

De facto, a primeira carta expedida de Lisboa é datada de 18 de Outubro de 1808, após a expulsão dos franceses, sendo recebida no Rio em 12 de Janeiro de 1809; -- e a primeira carta de D. João para os governadores data de 2 de Janeiro de 1809, tendo sido recebida em Lisboa a 5 de Maio desse ano. Mas logo a 13 de Maio de 1809, a gazeta oficial do Rio dá conta de que, nessa data, veio à luz a carta régia da criação da Torre e Espada, de 1808, juntamente com uma estampa com os desenhos das insígnias.

Note-se que o mesmo sucedeu em 1818 com a Ordem Militar de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, criada no Rio a 6 de Fevereiro (data da aclamação real) e cujos desenhos «*do Padrão das Insígnias de Grão-Cruz, Comendador e Cavaleiro*», foram remetidos para Lisboa por aviso de 10 de Julho, juntamente com 3 medalhas de Grã-Cruz fabricadas no Brasil, para serem entregues ao marquês de Olhão, ao marquês de Borba e ao conde de Peniche, os

primeiros três nomeados para essa dignidade nos despachos de 6 de Fevereiro (AN/TT, MR Livro 382, fol. 297).

## Uma Ordem, uma insígnia: dois continentes, dois modelos

Como vimos acima, as cópias impressas do decreto de 13 de Maio, da carta de lei de 29 de Dezembro de 1808, da estampa com os desenhos originais das insígnias e do alvará de 5 de Julho de 1809, foram expedidos para Lisboa a 20 de Março de 1810 (100 exemplares), juntamente com igual quantidade de cada uma das leis, alvarás e decretos «*que nesta corte se tem publicado, para serem distribuídos pelos tribunais e magistrados*» (AN/TT, MR Livro 380, fol. 121).

O que explica a razão porque esses textos, datados de 1808 e 1809, só foram publicados em Lisboa, na Imprensa Nacional, em 1811, juntamente com o alvará de 23 de Abril de 1810, que criou uma inovação na legenda de = Valor e Lealdade = da chapa (vulgo, placa) e na cor do fundo das legendas circulares das outras insígnias, que passaram a ser de letras douradas em campo de esmalte azul ferrete.

Outra inovação foi ter-se acrescentando a torre no topo da insígnia dos Cavaleiros, da mesma forma como a tinham os Comendadores. O novo modelo logo substituiu o anterior, de tal modo que hoje só se conhece um exemplar de insígnia de cavaleiro sem a torre.

Os desenhos seguiram também para o Arsenal Real do Exército, onde foram gravados no aço dos cunhos com grande rigor e qualidade, respeitando escrupulosamente os padrões dos desenhos originais das diferentes insígnias da nova Ordem, já então conformes às alterações determinadas em 1810.

Tem aqui génese a característica mais peculiar desta Ordem portuguesa, que lhe confere um lugar único entre a emblemática de todos os tempos e de todas as nações. A Ordem da Torre e Espada foi e ainda é, a única distinção honorífica que teve dois modelos diferentes de insígnias oficiais, um feito no Brasil, o outro em Portugal, ambos concordando com a divisa de =Valor e Lealdade=, mas profundamente distintos nas suas características intrínsecas e iconográficas.

## Das insígnias fabricadas na Casa da Moeda do Rio de Janeiro

Marques Poliano mandou copiar as gravuras dos desenhos das insígnias da Ordem da Torre e Espada no seu livro *Ordens Honoríficas do Brasil* (Imprensa Nacional, Rio, 1943, extra-texto pp. 100-101), tal como vieram impressas no *Código Brasileiro* (coleção dos actos legislativos promulgados pela corte no Brasil). Para este trabalho consultamos as gravuras das cópias originais avulsas, que são idênticas às gravuras publicadas em 1811 pela Imprensa Nacional de Lisboa.

Mas essa gravura original ilustra um outro modelo para as insígnias da Ordem da Torre e Espada, completamente diferente daquele que foi fabricado na Casa da Moeda do Rio de Janeiro, designadamente, no desenho da efígie de D. João, na grafia da legenda que a cerca e no campo onde assenta.

Assim, enquanto as medalhas cunhadas no Rio de Janeiro apresentam no medalhão central o campo liso em ambas as faces, mostrando no anverso:

*a efígie numismática do regente à dir., laureada e degolada, circundada pela legenda titular que termina em «Brasil»;*

os desenhos mostram ambos os campos do medalhão central estriado horizontalmente e um outro retrato no anverso:

*o busto do regente à dir., com orelha descoberta, laureado e drapejado, com paludamento à romana preso sobre o ombro direito e um grande laço pendente da nuca, com a legenda titular que termina em «Brasil».*

Tão grandes e tão notórias são as diferenças entre os desenhos publicados em 1809 e a gravura numismática das insígnias cunhadas no Rio de Janeiro, que ainda hoje nos espanta que Marques Poliano as tenha rotulado de “pequenas diferenças” e nunca tenha tentado perceber porque é que os desenhos originais não batiam certo com as insígnias conhecidas, que então eram apenas as inglesas, ou seja, as de ouro fabricadas no Brasil, cuja descrição do medalhão central é a seguinte:

No centro do anverso, a efígie laureada e degolada do regente à direita, em campo liso, circundada pela legenda “JOÃO D.G. REG. DE PORT. PRINCIPE DO BRASIL” (João pela Graça de Deus Regente de Portugal Príncipe do Brasil); e, no centro do reverso, uma espada curva atravessando uma coroa de louros, em campo liso, circundada pela legenda “VALOR E LEALDADE”.

Neste particular, a questão de fundo é só uma: - porque razão a Casa da Moeda do Rio de Janeiro não gravou no medalhão central das insígnias o retrato completo de D. João, tal qual como figurava nos desenhos oficiais publicados e nas moedas de ouro cunhadas, e teve que fazer uma adaptação, transformando um busto vestido à romana, numa efígie degolada?

Os únicos documentos que poderiam explicar a razão desta anomalia seriam os antigos livros de registo da Casa da Moeda do Rio de Janeiro, consultados por Marques Poliano na década de 1940, mas que hoje já não existem, foram totalmente destruídos, deitados fora por inúteis, em meados da década de 1970, quando a Casa da Moeda mudou de instalações.

O livro de Poliano transformou-se, assim, na única fonte documental sobre o fabrico das insígnias da Torre e Espada no Rio de Janeiro, em 1808 e 1809.

Por ele ficamos a saber que, em Novembro e em Dezembro de 1808, foram mandadas fazer 46 medalhas grandes com a efígie do príncipe regente; - que cada medalha para grã-cruz «*consumia duas onças, três oitavas e 60 grãos de ouro*» (ou seja, 71,12 gramas, presumivelmente de ouro puro); - e que o custo de cada uma dessas medalhas grandes (de grã-cruz ou de comendador) era de 67\$100, sendo 51\$000 de ouro e o restante de trabalho de ourives (que não era o fabricante das medalhas).

O recurso à contratação de ourives para fazer o acabamento das insígnias da nova Ordem era indispensável, já que, tal como hoje ainda se faz, depois de estampadas as medalhas tinham que recortadas, no interior e no exterior da estrela e finamente limadas. Note-se ainda que o peso de ouro consumido deve referir-se à medalha estampada e antes de recortada, já que o peso conhecido para uma insígnia de comendador, completa com argola, é de 83,2g de ouro de 18 quilates (62,4 g de ouro puro).

A referência a 46 medalhas grandes de ouro é preciosa: -- entre Novembro e Dezembro de 1808, foram nomeados exactamente 15 Grã-Cruzes e 31 Comendadores, ou seja, nessa primeira leva todos os condecorados nestas duas classes, portugueses e estrangeiros, receberam as suas medalhas de ouro, pagas pelo erário régio.

Mais tarde isso iria mudar, só os estrangeiros é que passariam a receber a medalha, juntamente com uma carta régia. Curiosamente, Marques Poliano refere um desses casos: -- em 26 de Junho de 1809, a Casa da Moeda pagou a um ourives uma dessas medalhas grandes, que só podia ser de Comendador, visto estarem completas as listas de grã-cruzes efectivos e honorários, e só a 25 de Abril de 1810 é que aparecem novos condecorados portugueses. Pois a 24 de Junho de 1808 foram despachados 4 novos comendadores, dos quais só um era estrangeiro, e foi precisamente para ele que se mandou fabricar essa insígnia à custa do erário régio.

«Muitas outras providências se encontram nos livros de registo da Casa da Moeda a respeito da execução de veneras da Ordem da Torre e Espada» (Marques Poliano, *ob. cit.*, p. 100)

Infelizmente, esses registos históricos desapareceram para sempre.

Refira-se ainda a existência, numa colecção particular em Cascais, da única insígnia conhecida de Cavaleiro sem a torre, tal como determinava a carta de lei de Novembro de 1808 (título VI), antes de ser alterada pelo alvará de 23 de Abril de 1810. Trata-se de um hábito de cobre dourado, do modelo brasileiro, leiloado em Lisboa em 1959, pertencente à antiga colecção de Santos Leitão.<sup>6</sup>

## Das Insígnias fabricadas no Arsenal Real do Exército em Lisboa

Ao contrário do que aconteceu na Casa da Moeda do Rio de Janeiro, em Lisboa, o Arsenal Real do Exército fez obra de gravura de raiz, gravando fielmente os desenhos recebidos do Brasil em meados de 1810 para os cunhos das novas insígnias emblemáticas.

Fica assim explicado um mistério que de há muito intrigava os colecionadores e estudiosos: qual a razão porque só as insígnias fabricadas em Lisboa é que estão rigorosamente conformes aos desenhos originais de 1808-1809, enquanto nas insígnias fabricadas no Rio de Janeiro figura uma adaptação do retrato numismático do príncipe regente?

Observe-se, ainda, que a cunhagem destas grandes “medalhas” de 76-77 mm de diâmetro, obrigava à existência de um poderoso balancé: -- em Lisboa, só a Casa da Moeda e o Arsenal Real é que tinham essas enormes prensas de cunhar. Nos registos da Casa da Moeda de Lisboa nada consta sobre a cunhagem de insígnias da Ordem da Torre e Espada. Mas do Arsenal Real apareceram os padrões originais destas raríssimas insígnias, aramados e montados em grossos cartões, que teriam feito parte de um livro de instruções destinado «Aos Senhores Mestres», há muito desmembrado.

Por esses padrões se vê bem que as “medalhas” eram cunhadas em metades e, depois de recortadas e limadas, eram soldadas e acabadas consoante o grau a que se destinavam (nas insígnias de Grã-Cruz, a argola de suspensão era fixada no mesmo plano da torre; nas de Comendador, a argola era fixada transversalmente). De facto, a maioria das insígnias conhecidas deste modelo de Lisboa são ocas (incluindo a única conhecida de ouro), sendo raras as cunhadas em discos de prata maciça, muito mais pesadas.

Quanto à grafia da palavra “Brasil” na legenda circular do anverso, tão discutida por Marques Poliano e por outros autores que se lhe seguiram (figura nos desenhos originais com S nas “medalhas” pendentes do colar de Grã-Cruz e Comendador, e com Z nos “hábitos” pendentes do peito), sabemos hoje que se tratou de um simples erro do desenhador brasileiro, que só seria corrigido na estampa dada à luz no *“Almanach de Lisboa para o anno de 1817”*, onde as legendas de todas as medalhas já aparecem conforme a grafia “Brazil”, como era usual em Portugal nessa altura.

## Ouro no Brasil, prata dourada em Portugal

Deste modelo “português” da Ordem da Torre e Espada podemos ainda dizer, em comparação com o modelo “brasileiro”, que a grande maioria das medalhas hoje conhecidas são de prata dourada, ao passo que quase todas as insígnias brasileiras conhecidas (com excepção de uma para comendador, de cobre dou-

rado, com 41,58 g, na colecção do Museu Histórico Nacional do Rio de Janeiro) são de ouro maciço, cunhadas num só disco. Como explicar esta diferença?

A resposta é simples, como se pode ler nos livros de História de Portugal:

as três invasões francesas (1807-1810) destruíram ou paralisaram os principais centros produtivos de Portugal. Durante três anos foram interrompidas as exportações de bens manufacturados para as colónias e a exportação de vinho do Porto para a Grã-Bretanha caiu para metade entre 1807-1808 e para um terço em 1811. Portugal, em 1811, estava exausto com os prejuízos da ocupação e com o esforço militar para vencer os Franceses.

Um indicador que dá bem conta desta triste realidade da economia portuguesa no período 1807-1816 é a estatística do número de peças de ouro de 4 escudos (no valor de 6 400 reis: ouro 0,917 milésimas; dia. 31,5 mm; peso 14,34 g) cunhadas desde 1802 na Casa da Moeda de Lisboa, em comparação com as moedas do mesmo tipo cunhadas desde 1805 na Casa da Moeda do Rio de Janeiro:

<b>Quadro 1 – Peças de Ouro cunhadas em Lisboa e no Rio de Janeiro</b>			
Anos	Produção em Lisboa	Anos	Produção no Rio de Janeiro
1802 – 1807	134.000	1805 – 1807	155.000
1808 – 1809	39.000	1808 – 1809	321.000
1810 – 1811	---	1810 – 1811	242.000
1812 – 1813	30.500	1812 – 1813	117.000
1814 – 1816	920	1814 – 1816	153.000
Total de Moedas	204.420	Total de Moedas	988.000
Peso total	2.931, 38 kg	Peso total	14.167,92 kg

Ou seja, de um total aproximado de 17 toneladas de ouro cunhado em Portugal e no Brasil entre 1802 e 1816, apenas 17,6% o foi na Casa da Moeda de Lisboa. As minas de ouro estavam situadas no Brasil, razão porque as insígnias da Ordem da Torre e Espada fabricadas desde 1808 são quase todas desse metal precioso.

A escassez de ouro em Portugal era tanta que levou o governo a determinar o uso de prata, nas insígnias fabricadas no Arsenal Real do Exército de Lisboa. Infelizmente, todos os livros de registo do Arsenal Real do Exército também desapareceram, desde meados do século XIX, quando o Arsenal foi extinto e todo o seu valioso recheio foi vendido ao desbarato.

Na falta de fontes documentais, resta-nos o recurso às fontes iconográficas coevas, como por exemplo, o expressivo retrato do general Sepúlveda, gravado em 1815 por Bartolozzi, apenas um ano após a sua morte. Nele se pode ver, com admirável clareza, a medalha de Grã-Cruz pendente de colar de grandes espadas, ostentando no medalhão central o busto completo, à romana, do príncipe regente, tal como figura em todas as insígnias fabricadas no Arsenal Real do Exército.

## Características técnicas das insígnias dos dois modelos

Em traços gerais, podemos resumir como segue as principais características destes dois modelos oficiais da Ordem da Torre e Espada de 1808:

<b>Quadro 2 – Características das Insígnias de Grã-Cruz e Comendador</b>		
<b>Medalha pendente</b>	Modelo do Rio de Janeiro	Modelo de Lisboa
Fabricante	Casa da Moeda	Arsenal Real do Exército
Metal mais usual	Ouro 750 milésimas	Prata dourada
Diâmetro	65 - 66 mm	76 - 77 mm
Dimensões com torre	75 x 66 mm	86 x 77 mm
Espessura	3,2 mm	3,5 mm
Peso	83,2 g	53 g a 79 g
Outros Metais	Cobre dourado (75 x 65 mm; 41,58 g)	Ouro 800 milésimas (86 x 76 mm; 55,43 g)
<b>Medalhão Central</b> (busto e distintivo):		
Diâmetro	33,5 mm	35 mm
Legenda titular	PRINCIPE DO BRASIL	PRINCIPE DO BRAZIL
Letra da legenda	Traço simples, bifurcado nas pontas	Traço duplo, direito
Retrato do Príncipe Regente	Efigie à dir., laureada e degolada.	Busto à dir., com orelha descoberta, laureado e drapejado à romana, com laço sob a nuca.
Campo	Liso	Riscado na horizontal



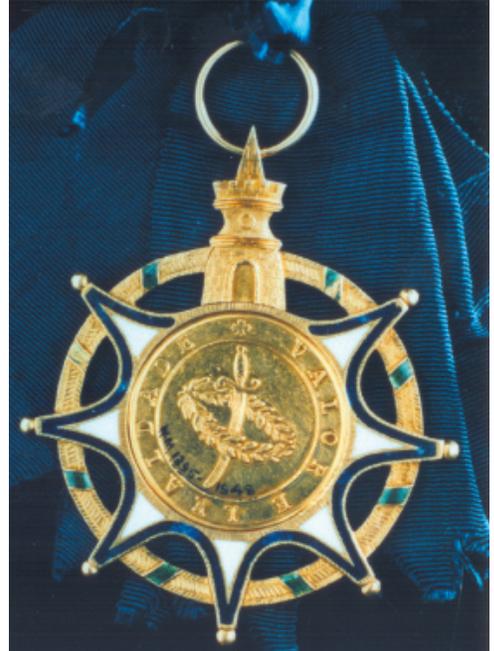
### O retrato numismático de D. João:

**Em cima** – Desenho de Domingos António de Sequeira de 1802 (“*Um Imperador antes do Império*”) e impressão em estanho do punção de retrato enviado para a Casa da Moeda do Brasil em 1804, obra do gravador Cipriano da Silva Moreira (Museu da Casa da Moeda, Lisboa)

**Em baixo** – Retrato de D. João VI, em campo liso, em moeda de ouro cunhada e no desenho original de 1808-1809, da Ordem da Torre e Espada, em campo estriado, da Imprensa Régia do Rio de Janeiro. Em ambos a legenda refere “Brasil”, a grafia numismática usual.







**Insígnias de ouro fabricadas na Casa da Moeda do Brasil:**

**Em cima** – Medalha de Grã-Cruz do duque de Wellington (cortesia Victoria and Albert Museum).

**Em baixo** – Medalha de Comendador (cortesia Armoury of St. James, Londres).



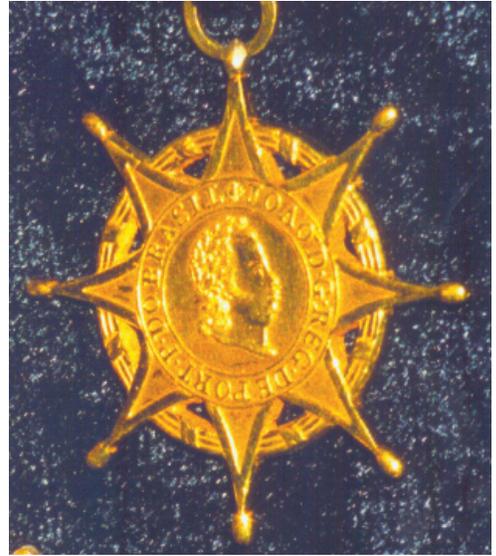


### Insígnias fabricadas em Lisboa no Arsenal Real do Exército:

**Em cima** – Medalha de Grã-Cruz, pendente de banda de seda, atribuída ao 3º Duque de Lafões em Outubro de 1828 por D. Miguel I (cortesia D. Segismundo de Bragança)

**Em baixo** – Insígnia de Comendador, pendente de fita ao pescoço, atribuída ao 2º Marquês de Sabugosa em Outubro de 1823 (cortesia Eng. Francisco Mello Cabral)





### Insígnias de Cavaleiro da OTE:

**Em cima** – Hábito de fabrico brasileiro com torre, atribuído em 1821 ao cap. frag. Beupaire (cortesia Museu Imperial de Petrópolis, Brasil); e hábito sem torre (coleção particular, Cascais)

**Em baixo** – Medalha pendente de um colar de prata sem espadas de fabrico português; e hábito fabricado por Santos Leite em 1824 (46x40 mm) atribuído a um oficial da nau inglesa “Windsor Castle” (cortesia Spink, Londres)





**Em cima** – Colar fabricado em Lisboa por António Gomes da Silva em 1823, para o 2.º Marquês de Sabugosa, do tipo de 10 conjuntos, conservando a medalha pendente do Arsenal Real do Exército (cortesia Eng. Francisco Mello Cabral).

**Em baixo** – Placa de Grã-Cruz de fabrico Português e o correspondente bordado de pregar ao peito (colecção particular, Lisboa).





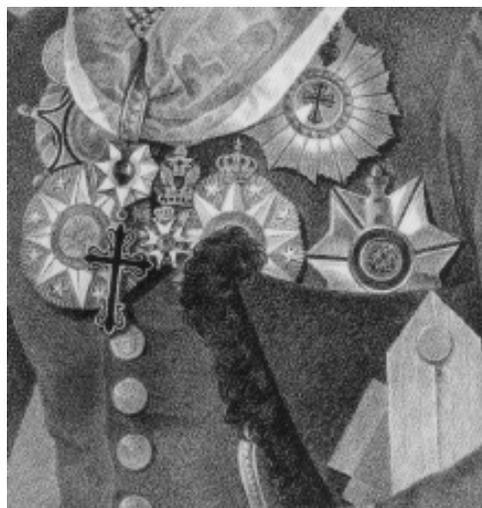
Em cima – Retrato do general Sepúlveda, Grã-Cruz da Ordem da Torre e Espada em Maio de 1812, gravado em 1815 por Bartolozzi (um ano após a sua morte).



Ampliação da medalha pendente do colar da Ordem, de grandes espadas e busto segundo os modelos fabricados no Arsenal Real do Exército em Lisboa.



Em baixo – Pormenor do retrato do visconde de Queluz, médico de D. Miguel I, datado de 1831, ostentando, entre outras, a comenda da Torre e Espada e uma placa inglesa da Ordem.





**Em cima** - Insígnias que pertenceram ao ten.-gen. Sir Manley Power: à esq. a medalha cunhada no Brasil (80x67 mm), atribuída a 13 de Maio de 1814; por cima e à dir., placa e

medalha feitas em Londres por Rundell, Bridges and Rundell, (64x58 mm)

**Em baixo** - Conjunto de fabrico inglês.



São também notáveis as diferenças verificadas no próprio desenho das letras (com e sem base bifurcada; de traço duplo ou simples), das cercaduras e das faixas que ornamentam os braços da estrela, onde se inscreve o medalhão central, como se pode ver nas fotografias anexas.

<b>Quadro 3 – Características das Insígnias de Cavaleiro</b>		
<b>Hábito pendente</b>	Modelo do Rio de Janeiro	Modelo de Lisboa
Fabricante	Casa da Moeda	Arsenal Real do Exército
Metal mais usual	Ouro 750 milésimas	Prata e prata dourada
Diâmetro	45-46 mm	48 mm
Dimensões com torre	50 x 45 mm	50 x 48 mm
Espessura	-- mm	25 mm
Peso	21,2 g	35,1g
<b>Medalhão Central (busto e distintivo):</b>		
Diâmetro	20,5 mm	21 mm
Legenda titular	P. DO BRASIL	PRINCIPE DO BRAZIL
Letra da legenda	Traço simples, bifurcado nas pontas	Traço duplo, direito
Retrato do Príncipe Regente	Efígie à dir., laureada e degolada.	Busto à dir., com orelha descoberta, laureado e drapejado à romana, com laço sob a nuca.
Campo	Liso	Riscado na horizontal

## **Dos colares cerimoniais e das placas da Ordem**

A consulta das maiores colecções portuguesas, europeias e brasileiras, revela outro facto interessante: -- os únicos colares conhecidos são todos do modelo português, de prata dourada para os Grã-Cruzes e Comendadores, e de prata, sem espadas, para os Cavaleiros, sendo estes últimos extremamente raros. Os colares mais antigos têm 12 conjuntos de espadas e torres, medindo 1 metro de comprimento total (sem o pendente) e pesando entre 230 g e 250 g, consoante o peso da medalha pendente.

**Quadro 4 - Características dos colares cerimoniais**

Colares	Grã-Cruz e Comendador		Cavaleiro
	Conjunto de 12 espadas e torres	Conjunto de 10 espadas e torres	Conjunto de 10 torres
Metal	Prata dourada	Prata dourada	Prata
Comprimento total (sem pendente)	1 000 mm	890 – 940 mm	900 mm
Peso com pendente	250 g	200 g a 250 g	152,8 g
Dimensão das torres	23 x 18 mm	24 x 20 mm	20 x 15 mm
Dimensão das espadas e lauréis	35 x 20 mm	38 x 25 mm	--
Ovais de ligação	17 x 12 mm	17 x 12 mm	15 x 10 mm

Existe um importante documento coevo que dá conta de que, desde 1809 em diante, só os dignatários nomeados para a classe de Grã-Cruz da Ordem é que recebiam a medalha para ficar pendente da banda de seda, com o seu diploma, tendo que adquirir à sua custa a placa de peito e o colar cerimonial.

Trata-se de uma correspondência do 13.º conde de Redondo e 1.º marquês de Borba, D. Tomé de Souza Coutinho e Meneses, expedida do Rio de Janeiro a 10 de Maio de 1810, para o seu filho primogénito em Lisboa, dando conta, entre outros assuntos, ter sido nomeado Grã-Cruz da Ordem da Torre e Espada a 25 de Abril desse ano:

(...) “saberá Você que no dia dos anos da Princesa saí Grã-Gruz da nova Ordem da Torre e Espada; assim mande-me com toda a brevidade algumas varas de fita muito larga com ondas azul Ferrete para pôr a Ordem, pois aqui a não há de venda e só tem vindo de Lisboa e de Inglaterra, mas que seja de largura de seis, ou de sete dedos; a renda não é nenhuma, eu disse a quem me trouxe a carta e a medalha, uma caixa de ouro muito rica numa salva grande com seu véu, e foi gabada por todos.” (...) “o Bexiga aqui mandou lindos crachás da nova Ordem da Torre e Espada, mas mandou-os de presente, e tomarei um mais enfeitado para trazer” (...) <sup>7</sup>

No caso das placas ou crachás de pôr ao peito, a oferta era muita e diversificada, existindo registos que dão conta do seu fabrico em França e na Grã-Bretanha, além de Portugal e do Brasil.

Nas colecções inglesas, todas as placas observadas são de fabrico local, de conhecidos joalheiros londrinos: - Gilbert Jeweller; - Rundell Bridge & Rundell Jewellers; - Ash & Sons Goldsmiths & Jewellers.

A principal característica destas placas inglesas, para além da sua muito boa qualidade de fabrico, normalmente com o fundo do medalhão central esmaltado de branco, é o desenho muito fechado do resplendor de prata: os raios divergem entre si de escassos 3 a 7 graus.

Quanto às placas fabricadas no Arsenal Real do Exército em Lisboa, conforme o padrão oficialmente aprovado, são muito mais singelas nas decorações do resplendor, com os raios mais abertos (ângulos divergentes de 13 graus) e com inúmeras variantes de gravação nos braços, que aparecem lisos, estriados, quadriculados ou em ponta de diamante, na sua maioria de cozer ao peito, sendo escassas as placas com fecho.

As naturais tendências da moda e a mania muito portuguesa de imitar os ingleses, deram origem a um outro modelo desta placa, mais pequeno e de braços fechados, fabricados por ourives particulares, mas mantendo rigorosamente o medalhão central do distintivo da Ordem, de acordo com o padrão dos desenhos de 1808-1809.

## **Estatística das condecorações (1808-1833)**

As principais fontes documentais são os despachos publicados na Corte, quer no Rio de Janeiro, quer em Lisboa, com as nomeações saídas em dias festivos e impressas nas gazetas do Rio e de Lisboa.

Dos registos das Cartas régias de nomeação, existem em Lisboa os livros das Grã-Cruzes de todas as Ordens, incluindo as nomeações efectuadas no Brasil; - um livro inédito de registo dos agradecimentos de Comendadores e Cavaleiros das Ordens Militares durante a regência e reinado de D. Miguel I (1828 até Maio de 1833); - e, finalmente, um livro de registo das cartas da Ordem da Torre e Espada passadas durante a regência da Infanta D. Isabel Maria em nome de D. Pedro IV (1826-1828), além de outras de mercê mais antiga (AN/TT, MCO Livro 90).

A estatística abaixo apresentada reflecte toda a documentação consultada, incluindo muitos outros livros existentes na Torre do Tombo, de alvarás, decretos e portarias de 1809 a 1834, além de inúmeras caixas contendo documentos avulso, onde apareceram os registos das pessoas condecoradas durante o período conturbado de 1821 a 1824. Quanto à colecção das Gazetas, a do Rio de Janeiro foi consultada na Biblioteca Nacional do Brasil, já que as colecções existentes em Portugal estão muito incompletas.

Recorde-se que o número de dignitários dos três graus era limitado (100 Cavaleiros; 8 Comendadores Efectivos e 24 Honorários; 6 Grã-Cruzes Efectivos e 6

Honorários, além das 4 Reais Pessoas), só sendo preenchidas as vagas de efectivos pelos honorários, à medida das vagas abertas pelo falecimento dos agraciados mais antigos. No cálculo estatístico evitou-se contar essas repetições, ou seja e por ex., um comendador honorário que passou anos depois a efectivo, só conta uma vez nesse grau.

A estatística que se apresenta no quadro abaixo está muito condensada, como convém a um artigo de síntese. O número dos condecorados foi agrupado pelos grandes períodos da história da regência e reinados de D. João VI e D. Miguel I. No final vai a estatística dos estrangeiros condecorados, por nacionalidades.

<b>Quadro 5 – Real Ordem da Torre e Espada: Estatística Geral</b>						
<b>Ano</b>	<b>Cavaleiros</b>		<b>Comendadores</b>		<b>Grã-Cruzes</b>	
	<b>Nac.</b>	<b>Est.</b>	<b>Nac.</b>	<b>Est.</b>	<b>Nac.</b>	<b>Est.</b>
Brasil – D. João príncipe regente						
<b>1808-1816</b>	119	86	63	42	26	16
Brasil – D. João VI						
<b>1817-1821</b>	37	4	15	8	6	2
Lisboa – D. João VI, rei constitucional						
<b>1821-1823</b>	19	4	5	3	--	5
Lisboa – D. João VI						
<b>1823-1825</b>	51	58	32	31	3	11
Rio de Janeiro – D. Pedro IV, imperador brasileiro						
<b>1826</b>	--	--	--	--	2	--
Lisboa – D. Isabel Maria, regente						
<b>1827</b>	5	--	3	--	1	1
Lisboa – D. Miguel, regente						
<b>1828</b>	6	--	3	--	--	--
Lisboa – D. Miguel I						
<b>1828-1831</b>	5	--	4	--	2	2
Braga – D. Miguel I						
<b>1832</b>	154	--	2	--	1	--
<b>1833</b>	27	--	13	--	--	--
<b>Total:</b>	<b>423</b>	<b>152</b>	<b>140</b>	<b>84</b>	<b>41</b>	<b>37</b>
	<b>575</b>		<b>224</b>		<b>78</b>	

As nomeações de estrangeiros, designadamente de oficiais e diplomatas britânicos, eram sempre feitas com carácter de membro honorário-supranumerário da Ordem, e não contavam para a lista das antiguidades.

**Quadro 6 - Condecorados Estrangeiros por Nacionalidades**

Nacionalidade	Cavaleiros	Comendadores	Grã-Cruzes
Britânicos	129	67	23
Espanhóis	1	3	8
Franceses	20	2	2
Russos	2	7	2
Austríacos	--	3	--
Prussianos	--	--	2
Holandeses	--	1	--
Dinamarqueses	--	1	--

Note-se o elevado número de hábitos de Cavaleiro concedidos por D. Miguel I em Dezembro de 1832, «*por ocasião da Revista que S. Mag. passou ao Exército de Operações contra os Rebeldes do Porto, nos dias 17 e 18 de Dezembro p.p.*» (Decreto de 19 desse mês), cujos diplomas foram sendo passados pela Chancelaria Real até Maio de 1833.

A título de curiosidade, refira-se que D. Pedro concedeu, de 1832 a 1834, o extraordinário número de 2.788 hábitos de Cavaleiro, 83 hábitos de Oficial, 29 Comendas e 6 Grã-Cruzes da nova Ordem Militar da Torre e Espada, do Valor, Lealdade e Mérito, na sua grande maioria aos soldados estrangeiros que com ele invadiram Portugal.<sup>8</sup>

## Insígnias fabricadas por ourives particulares

Compreende-se agora, perante esta estatística de condecorados, a razão da excessiva raridade das insígnias da Ordem da Torre e Espada de 1808 -1834, quer do modelo brasileiro (que só terá sido produzido no Rio de Janeiro até à retirada da Corte para Lisboa em 1821), quer do modelo português, inicialmente fabricado no Arsenal Real do Exército em Lisboa

Outras fontes documentais existem que nos dão conta do fabrico de insígnias da Ordem da Torre e Espada por um ourives muito particular, António Gomes da Silva, ourives da Casa Real e um dos autores da famosa coroa e ceptro de ouro utilizados na coroação de D. João VI em 1818.

Entre 1809 e 1817, no Rio e até 1823, em Lisboa, António Gomes apresentou contas das seguintes insígnias desta Ordem, fabricadas por ordem do tesoureiro da Casa Real:

<b>Quadro 7 – Insígnias da OTE fabricadas por António Gomes da Silva</b>			
Ano de fabrico	Descritivo das insígnias	Qte.	Preço unitário
<b>Rio</b> - 1809	Placares da OTE	6	38\$400
1810	Placar de brilhantes para D. João	1	7:361\$220
1810	Pôr molas em placares da OTE	2	6\$000
1810	Placares da OTE	2	38\$400
1811	Um círculo de ouro esmaltado para o placar da OTE do barão de Andaluz	1	12\$800
1813	Placar de brilhantes para D. João	1	3:175\$000
1814	Concerto de uma grão-cruz esmaltada da OTE	1	10\$000
1817	Uma medalha nova esmaltada, para grão-cruz da OTE	1	160\$000
<b>Lisboa</b> - 1823	Uma medalha de ouro da OTE	1	144\$000
Fonte: AN/TT, Casa Real, ex-AHMF, caixas do Rio n.ºs 3244 a 3343			

Para quem esteja interessado em comparar valores equivalentes à moeda actual, o valor de referência é: 1 conto de réis de 1830 = 4.000 contos de 2002 (ou 20.000 euros)

Desse António Gomes da Silva será, assim, a última medalha usada por D. João VI, um pendente da banda de Grã-Cruz, de ouro esmaltado, que ainda hoje se conserva nas colecções do Palácio Nacional da Ajuda, em Lisboa (talvez aquela feita em 1817).

De outro ourives, brasileiro ou português, serão aquelas duas outras medalhas, também de ouro ricamente cinzelado e esmaltadas, com as pontas da estrela em forma de bolotas, existentes no Museu de Valores do Banco Central do Brasil, em Brasília e na Fundação Museu Mariano Procópio, em Juiz de Fora, Brasil.

Mais tarde, já por altura das grandes convulsões políticas em Portugal (1820-24), começam a aparecer ourives particulares como fabricantes das condecorações da Guerra Peninsular, cruces e medalhas de campanhas, bem como, das insígnias da Torre e Espada.

Destes, o mais famoso é o ourives Francisco dos Santos Leite, estabelecido na Rua Áurea n.º 21 em Lisboa, a quem foi encomendado o fabrico dos hábitos de cavaleiro com que foram condecorados os oficiais dos navios ingleses e fran-

cês estacionados no Tejo em Abril de 1824, aquando da tentativa de golpe de Estado orquestrado pela rainha D. Carlota Joaquina.

São também dele, mas agora em colaboração com o ourives da Casa Real, António Gomes da Silva e com recurso a um retrato gravado na Casa da Moeda de Lisboa, as famosas medalhas-jóias de D. João VI “cercado de brilhantes e âncoras”, concedidas aos oficiais ingleses quando do refúgio do rei a bordo da nau inglesa “Windsor Castle” (1824, Maio 1-10).

## Das insígnias bordadas para a Casa Real

Por fim, uma referência muito especial a um outro tipo de insígnias, os bordados para cozer nas casacas e nos uniformes, a que refere outra documentação inédita consultada na Torre do Tombo (Casa Real, ex-AHMF, Contas do bordador, 1821-1826).

Desde Julho de 1821 até Março de 1826 (morte do rei), as contas apresentadas pelo bordador da Casa Real, Francisco Alves Pereira, são muito pormenorizadas nas peças de vestuário que bordou na sua oficina (incluindo o manto real de castelos e esferas armilares que se encontra no Palácio da Ajuda), nelas constando cerca de 140 insígnias bordadas das diferentes Ordens portuguesas e estrangeiras concedidas a D. João VI e o infante D. Miguel.

Destas, 20 são placas da Ordem da Torre e Espada, bordadas a fio de ouro e de prata, tendo cada uma custado 7\$200 réis (equivalente a 140 euros). Depois da morte do rei e das partilhas a que se procedeu entre os seus filhos e filhas, coube a D. Miguel uma verba que continha «*Vários placares de ordens bordados que não tinham valor, nem tiverão avaliação*» (AN/TT; Casa Real, Inventário por óbito de D. João VI, 1826).

## Uma dívida de gratidão

A criação da Real Ordem da Torre e Espada pelo príncipe regente D. João, transmite-nos um sentimento que a investigação depois confirmou: o chefe de Estado quer demonstrar publicamente, e de uma forma tal que ficasse assinalada nos anais da História, a sua dívida de gratidão para com todos aqueles que o acompanharam e à sua família, na difícil jornada marítima para o Brasil, sejam eles portugueses ou ingleses.

Gratidão para com quem, abandonando casas, propriedades, empregos, família e espaços conhecidos, com ele saiu para enfrentar a mudança para o desconhecido e uma temerária travessia do Atlântico.

Gratidão para com quem os acompanhou, comboiando e escoltando, protegendo-os com as suas armas, guarnições e navios de guerra.

É um Príncipe grato, este D. João que chega à Bahia, primeiro, e depois ao

Rio de Janeiro, e mal chega logo quer traduzir em projecto honorífico toda a sua gratidão, mais tarde abundantemente testemunhada nas condecorações concedidas.

Um sentimento que o acompanhará pelo resto da sua vida: - no regresso a Lisboa, em Junho de 1821 determinará uma promoção geral de todos os oficiais de Armada que o acompanharam, que as Cortes em Lisboa não quiseram reconhecer como válida; - na jornada de Vila-Franca de Xira, em Maio de 1823, quando vê restaurados os seus legítimos direitos de Soberania, logo reafirma a promoção de 1821 e abre as mãos generosas em mercês e condecorações da Torre e Espada; - em Abril de 1824, quando é forçado a fugir do seu palácio da Bemposta por um golpe de Estado orquestrado pela rainha sua mulher, refugiando-se a bordo de uma nau inglesa no Tejo, logo dá ordens para que todos os que estiveram do seu lado recebessem generosas mercês, insígnias da Torre e Espada e das outras Ordens, criando até uma medalha especialíssima da sua real efigie, com cercadura de diamantes, para oferecer aos ingleses que o acolheram e hospedaram nesses dias de profunda tristeza e sofrimento.

Se há uma constante no reinado de D. João VI, que a emblemática nos revela com particular clareza, é a sua gratidão para com todos aqueles que o serviram com valor e com lealdade.

---

<sup>1</sup> “Jornal de Artes e Letras”, Lisboa, Janeiro 12, 2000, p. 21.

<sup>2</sup> Arquivos Nacionais / Torre do Tombo, *Pessoas Agraciadas com Comendas, Hábitos das Ordens Militares deste Reino, em o anno de 1826 até 1833*, MR Livro 1123.

<sup>3</sup> TRIGUEIROS, António M., *Da Numismática para a Emblemática: o retrato esquecido de Domingos Sequeira*, em “Boletim” da Sociedade Numismática Brasileira, n.º 49, São Paulo, 2000.

<sup>4</sup> Veja-se POLIANO, Luiz Marques, *Medalha do Valor e Lealdade*, em *Heráldica*, ed. GRD, RioArte, Rio de Janeiro, 1986, p.415.

<sup>5</sup> Conforme consta no original destes diplomas da colecção da Imprensa Nacional de Lisboa.

<sup>6</sup> REIS, Batalha, *Guia da mais notável colecção de medalhas portuguesas reunida em Portugal*, Lisboa, 1959, est. XIII, n.º 55; SANTOS LEITÃO; Alexandre José, *Colecção Numismática*, Porto, 1897, p.34, n.º 34.

<sup>7</sup> PEREIRA, Ângelo, *Os Filhos D’El-Rei D. João VI*, Empresa Nacional de Publicidade, Lisboa, 1946, pp.142-3.

<sup>8</sup> AN/TT, *Livro de Registo da Ordem Militar da Torre e Espada, de Valor, Lealdade e Mérito*, 1833-1910, MR Livro 919. Os assentos deste livro foram transcritos por Maria Alice Lima Serrano, veja-se *A Ordem Militar Portuguesa da Torre e Espada – Subsídios para a sua História*, Lisboa, 1966, onde figuram os nomes dos milhares de mercenários estrangeiros condecorados por D. Pedro.

